

20/09/2016 - 05:00

A futura revolução antinacional

Por **Robert Shiller**

Nos últimos séculos, o mundo vivenciou uma sequência de revoluções intelectuais contra diferentes tipos de opressão. Essas revoluções atuam no pensamento dos seres humanos e são propagadas - finalmente, para a maior parte do mundo - não pela guerra (que tende a envolver múltiplas causas), e sim pela linguagem e pela tecnologia das comunicações. Em última análise, as ideias que disseminam, ao contrário das causas das guerras, se tornam indiscutíveis.

Considero que a próxima revolução desse gênero, com provável eclosão em algum momento do século 21, vai contestar as implicações econômicas do Estado-nação. Vai se concentrar na injustiça decorrente do fato de alguns nascerem, por puro acaso, em países pobres e outros em países ricos. Na medida em que mais pessoas trabalham em empresas multinacionais e passam a conhecer e a travar contato com mais pessoas de outros países, nossa percepção de justiça vai sendo afetada.

Esse fator não é, de maneira nenhuma, inédito. Em seu livro "1688: The First Modern Revolution", o historiador Steven Pincus argumenta, convincentemente, que a assim chamada "Revolução Gloriosa" é mais bem entendida não como a derrubada de um rei católico por parlamentares da Inglaterra, e sim como o início de uma revolução mundial da justiça.

Todas as últimas 'revoluções por justiça' derivaram da melhoria das comunicações. A opressão floresce com a distância, com o fato de não conhecermos o oprimido. Na próxima revolução, os privilégios da nacionalidade passarão por um processo de moderação

Não imagine campos de batalha. Imagine, em vez disso, cafeterias com jornais gratuitos, compartilhados, que se tornaram voga na época - lugares que abrigavam comunicações complexas. No momento mesmo em que ocorreu, a Revolução Gloriosa marcou, claramente, o início de uma avaliação, em âmbito mundial, da legitimidade de grupos que não compartilham da "unidade ideológica" exigida por um rei forte.

O livrete "Common Sense", de Thomas Paine, um enorme best-seller nas Treze Colônias, onde foi publicado em janeiro de 1776, marcou outra revolução desse gênero, que não foi idêntica à Guerra da Independência dos Estados Unidos contra a Grã-Bretanha que começou algum tempo depois, naquele ano (e teve múltiplas causas).

O alcance de "Common Sense" é incomensurável, porque ele não era apenas vendido como também lido em voz alta nas igrejas e comícios. A ideia de que os monarcas hereditários seriam, de alguma forma, espiritualmente superiores aos demais mortais foi determinadamente rejeitada. A maior parte do mundo, inclusive a Grã-Bretanha, concorda com ela.

O mesmo poderia ser dito da abolição gradual da escravidão, que foi principalmente conquistada não pela guerra, e sim pelo surgimento do reconhecimento popular de sua crueldade e injustiça. Os levantes de 1848 ocorridos em toda a Europa foram, significativamente, um protesto contra a legislação eleitoral que limitava o voto a apenas uma minoria de homens: os proprietários de bens de raiz e os aristocratas. O sufrágio feminino seguiu-se logo após. Nos séculos 20 e 21, tivemos a extensão dos direitos civis às minorias raciais e sexuais.

Todas as últimas "revoluções por justiça" derivaram da melhoria das comunicações. A opressão floresce com a distância, com o fato de não conhecermos ou vermos, na verdade, o oprimido.

A próxima revolução não vai abolir as consequências do lugar de origem, mas os privilégios da nacionalidade passarão por um processo de moderação. Embora o crescimento de um sentimento anti-imigração em todo o mundo pareça hoje apontar em sentido contrário, a percepção de injustiça será amplificada com a continuidade do desenvolvimento das

Por enquanto, esse reconhecimento ainda enfrenta a forte concorrência dos impulsos patrióticos, enraizados em um contrato social entre cidadãos que por muitos anos pagaram impostos ou prestaram serviço militar para erigir ou defender o que viam como exclusivamente seu. Permitir imigração ilimitada, aparentemente, infringiria esse contrato.

Mas as medidas mais importantes para enfrentar a injustiça do lugar de origem não terão como alvo a imigração. Serão focadas, em vez disso, no fomento à liberdade econômica.



Em 1948 o "teorema da equalização dos preços dos fatores" de Paul A. Samuelson mostrou claramente que, sob condições de livre comércio ilimitado, sem custos de transportes (e com outros pressupostos tidos como ideais), as forças do mercado padronizariam os preços de todos os fatores de produção, inclusive o salário de qualquer tipo estandarizado de trabalho, em todo o mundo. Em um mundo ideal, as pessoas não têm de mudar para outro país para conseguir um salário melhor. Precisam apenas, em última análise, ser capazes de participar da produção de produtos e serviços vendidos

internacionalmente.

Na medida em que a tecnologia reduz o custo dos transportes e das comunicações para níveis próximos de zero, a obtenção dessa equalização torna-se cada vez mais viável. Mas conseguir esse feito exige remover velhas barreiras e impedir que surjam novas.

Os recentes acordos de livre comércio sob discussão, a Parceria TransPacífico e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos, sofreram reveses com a tentativa de grupos de interesse de dobrá-los aos seus próprios propósitos. Mas, em última instância, precisaremos - e provavelmente conseguiremos - firmar acordos desse tipo ainda melhores.

Para obter a equalização dos preços dos fatores, as pessoas precisam de uma base estável para uma carreira efetivamente para toda a vida ligada a um país no qual elas não residem fisicamente. Precisamos também proteger os que perdem para o comércio internacional nos nossos atuais Estados-nação. As raízes da Trade Adjustment Assistance (TAA) remontam, nos EUA, a 1974. O Canadá fez uma experiência em 1995 com o "Earnings Supplement Project". O "European Globalization Adjustment Fund", iniciado em 2006, tem um insignificante orçamento anual de € 150 milhões (US\$ 168,6 milhões). O presidente dos EUA, Barack Obama, propôs expandir o programa TAA. Mas, até agora, isso significou pouco mais do que experimentos ou propostas.

Em última análise a próxima revolução advirá, provavelmente, das interações diárias, por meio de monitores de computador, com estrangeiros que, segundo constatamos, são pessoas de bem e inteligentes - pessoas que, por acaso, e não por opção própria, vivem na pobreza. Isso deverá levar a melhores acordos comerciais, que pressupõem, para algum momento futuro, o desenvolvimento de um sistema de seguridade social de ordens de grandeza maiores para proteger as pessoas de um país durante a transição para uma economia mundial mais justa. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Robert J. Shiller é economista laureado com o Prêmio Nobel em 2013 e professor de economia da Universidade de Yale e coautor, com George Akerlof, de "Phishing for Phools: The Economics of Manipulation and Deception".